

**CPLXO CONCURSOS**

f i t complexo\_concursos



**LIVE**



**PAULO HENRIQUE PH**

**CONCURSOS E OAB**

**DIREITO PENAL E  
LEG. EXTRAVAGANTE**

**AULÃO GRATUITO**

Abril | 09h às  
**24 | 11h**



**PROFº PH LIRA**

**PROFº DANIEL**

# COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

## AULÃO GRATUITO



### DIREITO PENAL

- 01 – Caracteriza o arrependimento eficaz aquele no qual o agente, voluntariamente, repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia.
- 02 - Os efeitos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz ficam condicionados à presença dos requisitos objetivos e subjetivos, aliados à espontaneidade do comportamento do agente, evitando-se a consumação do delito. Com relação aos crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contra a dignidade sexual, julgue os itens que se seguem.
- 03 - O arrependimento posterior, por exigir voluntariedade, é uma circunstância subjetiva que se restringe à esfera pessoal de quem a realiza e, de acordo com a jurisprudência do STJ, não se estende aos co-autores e partícipes da infração penal.
- 04 - O arrependimento eficaz somente se configura (é necessário) em relação à tentativa perfeita.
- 05 - Cristiano, maior e capaz, roubou, mediante emprego de arma de fogo, a bicicleta de um adolescente, tendo-o ameaçado gravemente. Perseguido, Cristiano foi preso, confessou o crime e voluntariamente restituiu a coisa roubada. Nessa situação, a restituição do bem não assegura a Cristiano a redução de um a dois terços da pena, pois o crime foi cometido com grave ameaça à pessoa.
- 06 - Caso um indivíduo pratique furto sem violência à pessoa e restitua, voluntariamente, o objeto furtado antes do recebimento da denúncia, sua pena, em caso de condenação, será reduzida de um a dois terços.
- 07 - Bento praticou o crime de receptação, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos. Posteriormente, por ocasião de seu julgamento, passou a vigor lei que, regulando o mesmo fato, impôs pena de um a cinco anos. Nessa situação, a lei posterior será aplicada em face do princípio da retroatividade de lei mais severa
- 08 - Considere que uma pessoa tenha sido denunciada pela prática de determinado fato definido como crime, que, em seguida, foi descriminalizado pela lei A. Posteriormente, foi editada a lei B, que revogou a lei A e voltou a criminalizar aquela conduta. Nessa situação, a última lei deve ser aplicada ao caso.
- 09 - **Situação hipotética:** João cometeu crime permanente que teve início em fevereiro de 2011 e fim em dezembro desse mesmo ano. Em novembro de 2011, houve alteração legislativa que agravou a pena do crime por ele cometido. **Assertiva:** Nessa situação, deve ser aplicada a lei que prevê pena mais benéfica em atenção ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- 10 - Em face do princípio da retroatividade de lei mais benigna, a lei anterior mais severa possui ultra-atividade.
- 11 - Segundo os princípios que regem a lei penal no tempo, a nova lei penal, independentemente de ser mais ou menos benéfica ao acusado, será aplicada aos fatos ocorridos a partir do momento de sua entrada em vigor, mas a lei revogada, desde que mais benéfica ao acusado, continua a ser aplicada a fato anterior, ou seja, a fato praticado durante o período de sua vigência.
- 12 - No âmbito do direito penal, aplica-se, em regra, o princípio do *tempus regit actum*, por meio do qual se deve aplicar a lei penal em vigor na data da prática do ato delituoso. No entanto, se a nova lei, mesmo não estando em vigor na data do crime, for mais benéfica ao acusado, deverá retroagir para ser aplicada no caso concreto.
- 13 - A superveniência de lei penal mais gravosa que a anterior não impede que a nova lei se aplique aos crimes continuados ou ao crime permanente, caso o início da vigência da referida lei seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- 14 - No que diz respeito ao tema **lei penal no tempo**, a regra é a aplicação da lei apenas durante o seu período de vigência; a exceção é a extra-atividade da lei penal mais benéfica, que comporta duas espécies: a retroatividade e a ultra-atividade.
- 15 - A negligência, como modalidade de conduta, é caracterizada quando o agente do delito demonstra inaptidão técnica em profissão ou atividade.
- 16 - Crime culposos ocorre quando o agente não quer o resultado, mas assume o risco de produzi-lo, admitindo-se a forma tentada, que é aquela em que, iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente
- 17 - De acordo com a teoria da ubiqüidade, adotada no Brasil, considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- 18 - No ordenamento jurídico brasileiro, é adotada a teoria da ubiqüidade quando se fala do tempo do crime, ou seja, o crime é considerado praticado no momento da ação ou da omissão.
- 19 - Um cidadão sueco tentou matar o presidente do Brasil, que se encontrava em visita oficial à Suécia. Nessa hipótese, o crime praticado não ficará sujeito à lei brasileira.
- 20 - Aplica-se a lei penal brasileira a crimes cometidos dentro de navio que esteja a serviço do governo brasileiro, ainda que a embarcação esteja ancorada em território estrangeiro.
- 21 - Aplica-se a lei penal brasileira a crimes cometidos dentro de navio que esteja a serviço do governo brasileiro, ainda que a embarcação esteja ancorada em território estrangeiro.

# COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

## AULÃO GRATUITO

### DESARMAMENTO

IG: @professordanieloliveira  
PROFESSOR DANIEL OLIVEIRA

1-A polícia federal expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

**2-De acordo com a lei 10826/03 A expedição da autorização para compra de arma de fogo será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de \_\_\_\_\_ úteis, a contar da data do requerimento do interessado.**

- a) 10 dias
- b) 15 dias
- c) 20 dias
- d) 30 dias
- e) 45 dias

3-O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. O certificado de registro de arma de fogo será expedido pelo Sinarm.

**4-Em conformidade com o Estatuto do Desarmamento julgue como (v) verdadeiro ou (f) falso.**

**Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:**

( ) comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos

( ) apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

( ) comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

- a) F,F,F
- b) F,V,F
- c) F,V,V
- d) F,F,V
- e) V,V,V

**5-Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre:**

- a) igual ou inferior a 12 (doze).
- b) igual ou inferior a 15 (quinze).
- c) igual ou inferior a 20 (vinte).
- d) igual ou inferior a 16 (dezesseis).

**6-Sobre crimes e penas assinale a alternativa que apresenta um crime de menor potencial ofensivo.**

- a) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido
- b) Omissão de cautela
- c) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- d) Disparo de arma de fogo e Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

e) Comércio ilegal de arma de fogo e Tráfico internacional de arma de fogo

**7-Dos crimes abaixo previstos na lei 10826/03 assinale a assertiva que apresentam crimes apenados com detenção**

- a) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido e Omissão de cautela
- b) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e Posse irregular de arma de fogo de uso permitido
- c) Omissão de cautela e Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- d) Disparo de arma de fogo e Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e Comércio ilegal de arma de fogo e Tráfico internacional de arma de fogo

**8-Com base no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), assinale a alternativa CORRETA.**

a) Para adquirir arma de fogo de uso restrito, o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender, dentre outros requisitos, a comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos.

b) O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

c) A Posse irregular de arma de fogo de uso permitido e o Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido são crimes que apresentam as mesmas penas, tanto que constituem o mesmo tipo penal.

d) O certificado de registro de arma de fogo será expedido pelo SINARM.

e) Possuir apenas munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, não configura crime.

**9-Assinale a alternativa correta quanto ao comportamento visto como crime de conduta omissiva presente no Estatuto do Desarmamento:**

a) vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente

b) disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime

c) portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado

d) deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade

e) produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo

**10-As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei.**

**11-São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir, sem exceções.**

# COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

## AULÃO GRATUITO

12-É vedado ao menor de 21 (vinte e um) anos adquirir arma de fogo.

13-Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

14-Julgue o item seguinte, referente a crimes de trânsito e a posse e porte de armas de fogo, de acordo com a jurisprudência e legislação pertinentes.

O porte de arma de fogo de uso permitido sem autorização, mas desmuniçada, não configura o delito de porte ilegal previsto no Estatuto do Desarmamento, tendo em vista ser um crime de perigo concreto cujo objeto jurídico tutelado é a incolumidade física.

15-Em cada item que segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Otávio disparou, sem querer, sua arma de fogo em via pública em deslocamento de uma ocorrência. Nessa situação, ainda que o disparo tenha sido de forma acidental, culposamente, Otávio não responderá pelo crime de disparo de arma de fogo, previsto no Estatuto do Desarmamento.